

GIRANDO A CHAVE DA SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE E TRATAMENTO DO RISCO SOCIAL DE ESTUDANTES

TURNING THE KEY TO PUBLIC SAFETY: ANALYSIS AND TREATMENT OF STUDENTS' SOCIAL RISK

RESUMO

O artigo representa giro na chave da segurança pública visando apresentar práticas e saberes orientados por políticas de prevenção social. O estudo se insere na linha de pesquisa “Sociedade do risco e prevenção social da violência” porque apresenta diagnóstico social de estudantes realizado na Rede Estadual de Ensino Público Piauiense em 2024 para prevenir cenários de violência escolar em resposta aos ataques às escolas brasileiras no início de 2023. O estudo apresenta processo de elaboração, aplicação e apresentação de resultados de avaliação do risco social de estudantes da Rede Estadual de Ensino Público piauiense e desenvolvimento e execução de medidas de tratamento para os riscos identificados. Trata-se de política que integra ações das Secretarias de Segurança Pública e da Educação para promoção da Política de Cultura da Paz nas Escolas. A avaliação alcançou 82.800 estudantes (50,45%,) de 559 escolas (87,34%) em 210 municípios (93,75%). Do total de estudantes avaliados, 52.077 foram nivelados no Risco Muito Baixo; 29.902 no Baixo Risco; 610 no Risco Moderado; 201 no Alto Risco e 10 no Risco Extremo. Como piloto, foram tratados estudantes nivelados no Risco Extremo (10) e Alto Risco (201). O tratamento se deu em 11 etapas: construção do método a ser aplicado; delineamento dos fatores de risco a serem tratados e analisados; definição dos estudantes a serem contemplados com medidas individuais; estabelecimento das medidas de tratamento, sendo 1 de prevenção vitimária secundária e 5 de prevenção vitimária terciária; inserção de 5 medidas em plataformas digitais interacionais; formação de 1.499 profissionais do SUSP nos 6 POP’S ou 16,39% do contingente de 9.144 profissionais (Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa SPESPDS 2023-2030) lotados em 221 unidades (52,87% do total de 418 unidades - PESPDS), sendo 206 da PM (84,43% das 244) e 15 da PC (9,20% das 163).

Palavras-chave: Estudante. Risco Social. Tratamento. Segurança Pública. Prevenção vitimária.

ABSTRACT

The article represents a shift in the public security key aiming to present practices and knowledge guided by social prevention policies. The study is part of the line of research “Risk society and social prevention of violence” because it presents social diagnosis of students carried out in the Piauí State Public Education Network by 2024 to prevent school violence scenarios in response to attacks on schools Brazilians in early 2023. The study presents the process of elaboration, application and presentation of results of the assessment of social risk of students in the State Network of Public Education in Piauí and development and implementation of treatment measures for the identified risks. This is a policy that integrates actions by the Secretariats of Public Security and Education for the promotion of the Culture of Peace Policy in Schools. The assessment reached 82,800 students (50.45%) from 559 schools (87.34%) in 210 municipalities (93.75%). Of the total number of students evaluated, 52,077 were leveled in the Very Low Risk; 29,902 at Low Risk; 610 at Moderate Risk; 201 at High Risk and 10 in Extreme Risk. As a pilot, students leveled at Risk were treated Extreme (10) and High Risk (201). The treatment was carried out in 11 stages: construction of the method to be applied; delineation of the risk factors to be treated and analyzed; definition of students to be

covered by individual measures; establishment of treatment measures, one of which is secondary victim prevention and 5 tertiary victim prevention measures; insertion of 5 measures on digital platforms interactional; training of 1,499 SUSP professionals in the 6 POP'S or 16.39% of the contingent of 9,144 professionals (PESPDS 2023-2030) assigned to 221 units (52.87% of the total of 418 units - PESPDS), 206 of which are from the PM (84.43% of the 244) and 15 da PC (9.20% of 163).

Keywords: Student. Social Risk. Treatment. Public Safety. Prevention would victimize.

1. Introdução

O artigo se insere nos campos da prevenção social da violência e das políticas de segurança pública e defesa social baseadas em evidências para adolescentes e jovens em ambiente escolar. O estudo teve como objetivo identificar fatores de risco a partir de avaliações individuais de risco social de estudantes que pudessem desencadear eventuais ataques em escolas piauienses como os que ocorreram em outros estados brasileiros em janeiro de 2023.

A experiência de avaliação e gerenciamento de riscos de adolescentes e jovens em ambiente escolar constituiu estratégia inovadora no âmbito da segurança pública piauiense. O diagnóstico social individual de estudantes resultou da aplicação de formulário de avaliação de risco social e identificou parte do “Chão da Escola”. Uma vez identificados os riscos, foram propostas e aplicadas medidas de tratamento vitimárias aos riscos identificados.

O artigo apresenta esta experiência inovadora, desde a concepção da ideia até os primeiros resultados obtidos no período de uma ano e meio (julho/2023 a dezembro/2024). O estudo foi organizado em 5 partes: 1. Percurso metodológico; 2. Resultados da avaliação; 3. Análises qualitativas; 4. Medidas de tratamento aplicadas aos riscos identificados e 5. Primeiros resultados.

2. A caminho da escola

O formulário foi elaborado inicialmente pela equipe da Diretoria de Avaliação de Riscos da Secretaria de Segurança Pública do Piauí - SSP/PI, composta exclusivamente por policiais civis e militares, e testada em face de crianças matriculadas em seis escolas municipais da Vila Irmã Dulce/Teresina, em junho/2023. Posteriormente, foi adaptado para o “estudante adolescente” por equipe integrada da SSP/PI e Secretaria de Educação -SEDUC/PI, ganhou formato eletrônico na plataforma Mobieduca.me e foi pilotado em 6 escolas estaduais de Teresina em setembro 2023.

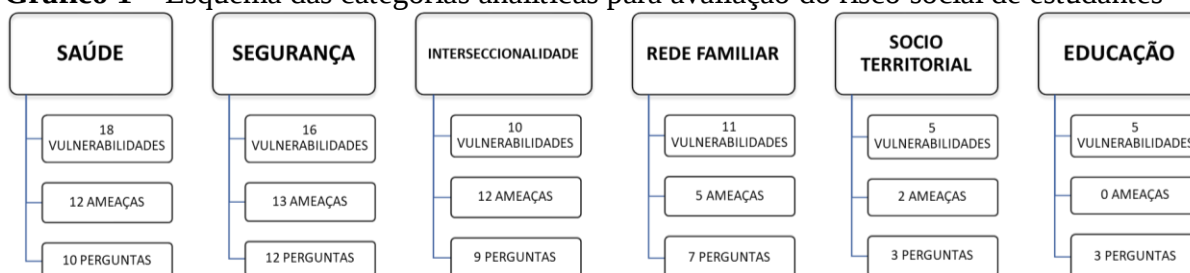
O processo de elaboração do formulário demandou participação de especialista em Risco da Superintendência da Polícia Federal do Distrito Federal e professor do Departamento

de Matemática da Universidade Federal do Piauí¹, resultando em obra intitulada Diretrizes para avaliação do risco social de estudantes”.

As análises dos resultados da aplicação nas escolas estaduais demandaram adequações de linguagem, sentidos e aglutinação de questões, restando estabilizadas 44 questões classificadas em duas categorias de risco: Vulnerabilidade e Ameaça². Vulnerabilidade representa características intrínsecas à vítima que resultem em maior fragilidade a ser explorada pela ameaça, sendo norteadas por: Atributabilidade, Exposição e Casuística³. A Ameaça representa o agente causador do incidente que compromete o estado do estudante por meio da exploração de vulnerabilidades. A Ameaça é caracterizada pela Motivação, Histórico e Tendência⁴.

As 44 questões foram grafadas pelas categorias Ameaça e Vulnerabilidade receberam os respectivos pesos para finalmente serem sistematizadas em 6 categorias de Risco Social: Educação, Saúde, Interseccionalidade, Segurança, Rede Familiar e Socioterritorial.

Gráfico 1 – Esquema das categorias analíticas para avaliação do risco social de estudantes



Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2024.

A organização das 44 questões em 6 categorias se deu apenas de forma didática, porque todas elas têm como fio condutor a Educação. Ao final, 12 disseram respeito à Segurança; 10 à Saúde; 9 à Interseccionalidade; 7 à Rede Familiar; 3 à Educação e 3 ao Socioterritorial. A Saúde recebeu maior peso, seguida da Segurança e da Interseccionalidade.

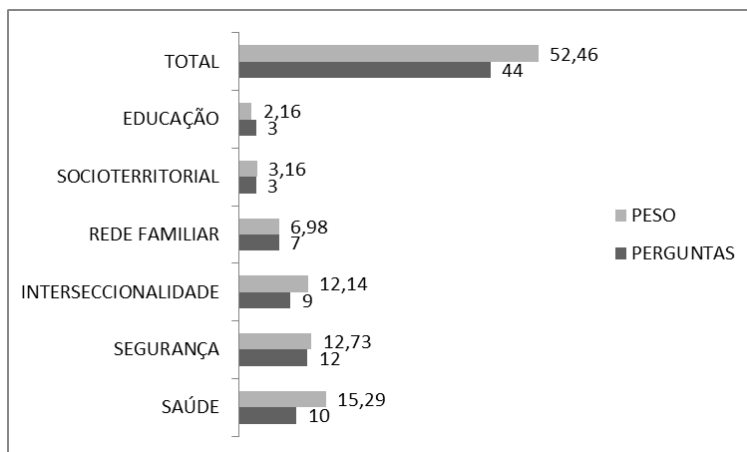
Gráfico 2 – Categorias, quantidade de perguntas e pesos

¹ Professores: Felipe Scarpelli de Andrade e Jefferson Cruz dos Santos Leite, respectivamente.

² “Vulnerabilidade” e “Ameaça” foram estabelecidas e receberam pesos com base em técnica desenvolvida pelo Prof. de Análise de Riscos e Policial Federal Felipe Scarpelli de Andrade para análise de riscos de mulheres em situação de violência doméstica, denominada “AR PAX”. A técnica propõe “[...] categorização dos fatores de risco [...]” com associação de “[...] atributos que indicam a potencial ameaça do agressor” (SCARPELLI, 2022).

³ A primeira versa sobre a capacidade do (a) estudante tornar-se atraente para uma ameaça potencial (ser do sexo feminino). Exposição refere-se a ações e omissões relacionadas a atitudes e comportamentos adotados pela vítima que podem torná-la mais suscetível a sofrer a ameaça (vida sexual ativa que possa advir gravidez na puberdade). Casuística diz respeito à existência de eventos danosos ou hostis anteriores perpetrados contra a vítima ou seus familiares (Bullying) (SCARPELLI, PONA, MACEDO, 2023).

⁴ A Motivação se refere à avaliação do pretexto que induziu o agressor a proferir a ameaça – questões ideológicas, retaliação, descontrole emocional, enfermidades, ciúmes, controle excessivo etc. O Histórico se refere a registros fáticos pretéritos de ameaças e ações concretizadas pelo agressor e a Tendência a fatores relacionados à capacidade do agressor em concretizar os atos da ameaça, à oportunidade e acessibilidade em relação à vítima e à disposição e inclinação para a agressão (SCARPELLI, PONA, MACEDO, 2023).



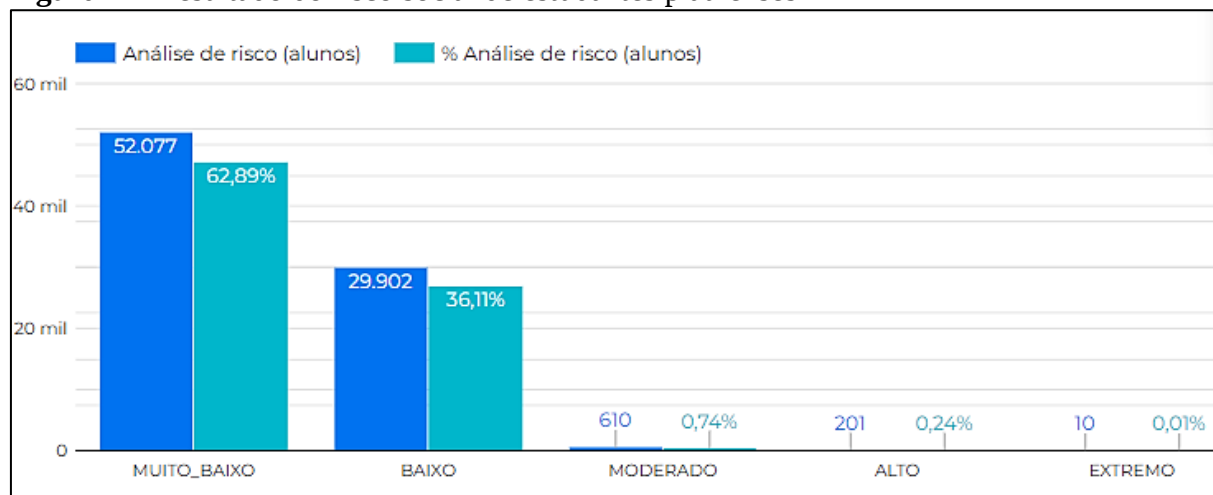
Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2024.

Estabilizado o formulário, inserido na plataforma Mobieduca.me da SEDUC e capacitados 2.037 avaliadores (aplicadores do formulário) através do canal Educação e/ou presencialmente, chegou o momento de pisar o “Chão da Escola” com a aplicação do formulário para desvendar cenários até então desconhecidos pela segurança.

3. No “Chão da Escola”

Em 41 dias (março a abril de 2024) foi possível avaliar 82.800 estudantes de 559 escolas em 210 municípios piauienses, representando 50,45% do total de alunos matriculados na Rede Estadual de Ensino em 2023.

Figura 1 – Resultado do risco social de estudantes piauienses



Fonte: SEDUC, Mobieduca.me. Disponível em: avaliacaoderiscosocial@mobieduca.me. Acesso em: 5 set. 2024.

Dos 82.800 estudantes avaliados, 52.077 foram nivelados no Risco Muito Baixo; 29.902 no Baixo; 610 no Moderado; 201 no Alto Risco e 10 no Risco Extremo.

Tabela 1 – Resultado do risco social de estudantes piauienses por Território de Desenvolvimento

TERRITÓRIO	AVALIAÇÃO DO RISCO SOCIAL								DADOS SEPLAN / IBGE		%
	CIDADES	ESCOLAS	MB	B	M	A	E	TOTAL	POPUL	MUNIC	
TD 5 – Vale do Sambito	15	25	2.270	1.547	15	7	0	3.839	112.096	15	100%

TD 6 – Vale do Rio Guaribas	23	50	4.492	2.276	23	11	0	6.802	218.862	23	100%
TD 7 – Vale do Canindé	17	36	2.798	1.301	25	8	0	4.132	122.050	17	100%
TD 8 – Serra da Capivara	18	30	2.845	1.661	35	18	0	4.559	150.819	18	100%
TD 9 – Vale dos Rios Piauí e Itaueira	19	36	2.236	1.124	18	9	0	3.387	155.961	19	100%
TD 12 – Chapada Vale do Itaim	16	26	1.776	1.520	30	6	0	3.332	124.442	16	100%
TD 2 – Cocais	21	63	6.926	4.072	56	18	2	11.074	389.168	22	95%
TD 3 – Carnaubais	15	33	3.467	2.076	26	3	0	5.572	140.528	16	94%
TD 1 – Planície Litorânea	10	31	2.629	990	26	8	0	3.653	290.842	11	91%
TD 11 – Chapada das Mangabeiras	21	43	3.016	2.090	27	9	0	5.142	201.748	24	88%
TD 4 – Entre Rios	27	177	18.913	10.550	319	102	8	29.892	1.243.402	31	87%
TD 10 – Tabuleiros do Alto Parnaíba	8	9	709	695	10	2	0	1.416	88.281	12	67%
TOTAL	210	559	52.077	29.902	610	201	10	82.800	3.238.199	224	94%

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2025.

A média de cidades avaliadas dos 12 Territórios de Desenvolvimento foi de 94%. Metade atingiu a totalidade de cidades e Tabuleiros do Alto Parnaíba apresentou o menor índice de cidades partícipes (67%).

Os resultados serão apresentados por fator de risco e organizados por categoria de Risco Social propostas.

Tabela 2 – Resultados da Interseccionalidade

FATOR DE RISCO	TOTAL	%
Criança, adolescente ou jovem	75.169	90,78
Preto (a) ou pardo (a)	43.113	52,07
É do sexo feminino	41.997	50,72
Renda familiar é < 3 SM	38.653	46,68
Família recebe algum benefício de transferência de renda do governo	36.507	44,09
Orientação sexual diverge do heterossexual	3.897	4,71
Identidade de gênero diverge de cisgênero	2.910	3,51
Possui deficiência física, intelectual ou doença degenerativa	2.117	2,56
Se identifica como sendo de religião de matriz africana	1.309	1,58

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2025.

A prevalência da condição de adolescente ou jovem é inerente ao público-alvo avaliado: estudante do ensino médio. Chama atenção que mais da metade dos alunos avaliados foi considerado preto ou pardo e do sexo feminino. A questão econômica se destaca como fator de risco que pode desestimular o estudante em prosseguir no estudo para desempenhar algum trabalho para auxiliar no orçamento familiar.

Tabela 3 – Resultados da Rede Familiar

FATOR DE RISCO	TOTAL	%
Família monoparental chefiada por mulher	10.902	13,17
Pais são separados, convive com padrasto, os pais são falecidos, possui somente pai ou possui somente mãe	10.300	12,44

Possui irmão com histórico de evasão escolar	3.416	4,13
Presenciou alguma situação de violência intrafamiliar	2.723	3,29
Relatos de que familiares do aluno atuam em atividades ilícitas	1.302	1,57
Possui irmão com deficiência	1.040	1,26
É órfão do Feminicídio	302	0,36

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2025.

Na Rede Familiar destaca-se a família do tipo monoparental chefiada por mulher e a convivência com padrasto, fator de risco para ocorrência de violências sexuais, sobretudo para as meninas.

Tabela 4 – Resultados da Saúde

FATORES DE RISCO	TOTAL	%
Possui alguma fragilidade emocional	8.770	10,59
Pobreza menstrual	4.301	5,19
Insegurança alimentar	3.387	4,09
Esboça sentimentos de vaidade, vingança ou insatisfação	3.267	3,95
Faz uso de drogas lícitas e/ou ilícitas	2.504	3,02
Maternidade ou paternidade na adolescência	1.672	2,02
Apresentou comportamento ou fala de ideação suicida	1.059	1,28
Apresenta sinais de autolesão	912	1,10
Gravidez interrompida	444	0,54
Prostituição e/ou exploração sexual	338	0,41

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2025.

A fragilidade emocional diz respeito à saúde mental, fator de risco a ser considerado com prioridade porque pode decorrer de problemas alheios à escola e que irão interferir no desempenho do estudante e em seu desenvolvimento pessoal.

Tabela 5 – Resultados da Educação

FATOR DE RISCO	TOTAL	%
Faltas recorrentes à escola	8.246	9,96
Repetência	8.123	9,81
Abandono	6.482	7,83

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2025.

As faltas, repetências e o abandono, em geral decorrem de fatores relacionados à saúde mental, problemas familiares, carências sociais e financeiras, violências sexuais intrafamiliares, entre outros.

Tabela 6 – Resultados da Segurança

FATORES DE RISCO	TOTAL	%
Lideranças negativas no território em que o (a) aluno (a) reside	6.463	7,81
Sofreu <i>bullying</i>	4.814	5,81
Teve atritos com colegas	4.729	5,71
Praticou <i>bullying</i>	2.465	2,98
Teve atritos com professores e/ou colaboradores	2.113	2,55
Tenha sofrido violência em ambiente virtual	664	0,80

Usado para atuar em atividades ilícitas	554	0,67
Tenha portado drogas na escola	489	0,59
Possui lesões resultantes de alguma violência sofrida	456	0,55
Foi vítima de violência sexual	403	0,49
Tenha subtraído algum bem da escola	288	0,35
Tenha portado arma de fogo ou arma branca na escola	263	0,32

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2025.

A violência escolar prevalece na categoria segurança. Dos 12 fatores de risco da Segurança Pública, 8 se caracterizam como violência escolar: sofreu ou praticou *bullying*, atritos com colegas, com professores, violência virtual, drogas na escola, subtração de bens na escola, porte de arma na escola. As outras 4 compreendem o risco da atuação de lideranças negativas no território, ser usado para atuar no crime e ter sido vítima de violência sexual (geralmente intrafamiliar). Possuir lesões resultantes de violências representa indício de lesões corporais a serem investigadas.

Tabela 7 – Resultados do Socioterritorial

FATORES DE RISCO	TOTAL	%
Dificuldade de acessar transporte público	14.697	17,75
Reside em área violentada (ausência de saneamento, coleta de lixo, iluminação pública, pavimentação, áreas de lazer, esporte, escolas, unidades de saúde)	13.983	16,89
Reside em área de vulnerabilidade social (moradia precária)	8.690	10,50

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos, 2025.

O Socioterritorial surge como o mais recorrente, notadamente no que se refere à carências de políticas municipais: transporte público deficitário e até ausência, saneamento, coleta de lixo, iluminação, espaços de lazer, unidades de saúde, moradias precárias.

Os dados apenas sinalizam um *status*, servindo de dispositivo inicial para cruzamento entre os sistemas da segurança pública e educação para verificar a extensão do problema de cada estudante avaliado e tratado na individualidade. Por decisão do Secretário de Educação, foram contemplados com medidas de tratamento 211 estudantes nivelados nos riscos extremo e alto (10 no extremo risco e 201 no alto risco).

4. Elaborando “Dever de Casa”

Significa desenvolver e aplicar soluções, no âmbito da segurança pública, para os riscos identificados. O processo destinado ao tratamento dos riscos sociais de estudantes foi realizado em 11 etapas, conforme gráfico a seguir.

Figura 2 – Etapas do processo de tratamento dos riscos sociais dos estudantes avaliados

1ª ETAPA: Estabelecimento da metodologia
2ª ETAPA: Delineamento dos fatores de risco a serem tratados
3ª ETAPA: Identificação do <i>corpus</i> de Medidas de Prevenção Vitimária Primária
4ª ETAPA: Identificação do <i>corpus</i> de Medidas de Prevenção Vitimária Secundária
5ª ETAPA: Estabelecimento de <i>corpus</i> de Medidas de Prevenção Vitimária Terciária
6ª ETAPA: Estabelecimento das medidas de tratamento
7ª ETAPA: Inserção das medidas na plataforma digital PPE
8ª ETAPA: Formação dos (as) profissionais do SUSP
9ª ETAPA: Entrega das demandas aos (às) profissionais do SUSP para tratamento
10ª ETAPA: Estabelecimento de medida de acompanhamento de fatores de risco da Visita Domiciliar
11ª ETAPA: Acompanhamento da aplicação dos POPS referentes às demandas entregues aos (às) profissionais

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos – DRISC/SSP PI, jul. 2024.

A 1ª etapa consistiu no delineamento dos fundamentos, pressupostos e estratégias para promoção da proteção integral de estudantes em situação de risco social, conforme quadro abaixo⁵.

Quadro 1 – Paradigma da proteção integral de estudantes em situação de risco social

FUNDAMENTOS	PRESSUPOSTOS	ESTRATÉGIAS
Restabelecimento do equilíbrio democrático	Mudança de paradigma	• Reavaliação do posicionamento do (a) estudante vítima como sujeito de direitos
Implementação dos direitos das vítimas	Informação	• Informação adequada; • Garantia de comunicação; • Proteção pessoal e atenção à vitimização secundária; • Respeito à autonomia da vontade; • Confidencialidade.
	Participação	• Igualdade no processo; • Acolhimento dos interesses do (a) estudante vítima
	Reparação de danos	• Privada: responsabilização do (a) infrator (a); • Pública: reparação do dano social
Prevenção vitimária	Princípio da precaução	• Identificação e erradicação dos nichos de vitimização secundária; • Identificação e redução das subnotificações; • Concretização dos direitos dos (as) estudantes vítimas.

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos - DRISC/SSP PI, jul. 2024.

O Sistema de Proteção Integral do (a) Estudante demandou construção de Protocolos de Prevenção Vitimária, considerando *status* de pessoa em desenvolvimento como mais importante instância. O posicionamento do (a) estudante como pessoa em desenvolvimento tem por finalidade restabelecer o equilíbrio democrático vulnerabilizado por violências sofridas

⁵ A metodologia adotou, como base para proposição das medidas de tratamento do risco social de estudantes, estudo desenvolvido por Fabiola Moran para prevenção do feminicídio (MORAN, Fabiola. Feminicídio e prevenção vitimária. In: MONTEIRO, Rodrigo; NASCIMENTO, Simone Sibilio do. Enfrentando a tempestade. Caminhos para vencer o feminicídio. Dialética Editora. São Paulo, 2024).

para identificar e reduzir eventuais vitimizações secundárias, subnotificações ou fatores de vitimização não registrados na polícia e responsabilizar autores possibilitando reparações sociais.

Quadro 2 – Definição dos campos das políticas de tratamento aos riscos sociais

Prevenção	Definição
PRIMÁRIA	Voltada à conscientização da comunidade escolar, familiares e Rede para alcançar vítimas em potencial.
SECUNDÁRIA	Voltada à grupos de vítimas potenciais, dotados de elevada capacidade vitimal.
TERCIÁRIA	Destinada a estudantes previamente vitimizados, que pelo resultado da avaliação, apresentem risco elevado de vitimizações repetitivas.

Fonte: Moran, 2024.

Na 2ª etapa foi delineado o “campo” a ser tratado pela SSP/PI. Dentre as 44 questões do formulário, 13 dialogaram com as competências da Segurança Pública e versaram sobre 8 problemas. São eles: Violência Sexual, Corrupção de menores, Presença de lideranças negativas no território, Porte de arma de fogo na escola, Violência escolar, Familiares atuando em atividades ilícitas, Violência Intrafamiliar e Indício de prostituição.

Os problemas foram organizados em 3 categorias analíticas: Segurança, Saúde e Rede Familiar, alinhadas ao tipo de violência, conforme quadro abaixo.

Quadro 3 – Problemas a serem tratados pela SSP/PI

CATEGORIA	QUESTÕES	VIOLÊNCIA
SEGURANÇA	Sabe informar se o (a) estudante sofreu bullying?	Escolar
	Sabe informar se o (a) estudante foi vítima de violência sexual?	Sexual
	Sabe informar se o (a) estudante praticou Bullying?	Escolar
	Sabe informar se o (a) estudante já teve atritos com colegas?	Escolar
	Sabe informar se o (a) estudante já teve atritos com professores e/ou colaboradores?	Escolar
	Sabe informar se o (a) estudante se há suspeita de que o (a) aluno tenha sofrido violência em ambiente virtual?	Escolar
	Sabe informar se há suspeita de que o (a) estudante tenha sido usado para atuar em atividades ilícitas?	Corrupção de menores
	Sabe informar se há suspeita de que o (a) estudante já tenha portado arma de fogo ou arma branca na escola?	Porte ilegal de arma de fogo
	Sabe informar se há relatos de lideranças negativas no território em que o (a) aluno (a) reside?	ORCRIM
SAÚDE	Percebe indícios no (a) estudante de prostituição e/ou exploração sexual?	Sexual
REDE FAMILIAR	Sabe informar se há relatos de que familiares do aluno atuam em atividades ilícitas?	ORCRIM
	Sabe informar se o (a) estudante já presenciou alguma situação de violência intrafamiliar?	Doméstica
	Sabe informar se o (a) estudante é órfão (ã) do feminicídio?	Doméstica

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos - DRISC/SSP PI, jul. 2024.

Foi possível organizar os 13 fatores de risco por nível de risco extremo e alto e os estudantes alcançados.

Tabela 8 – Mapa de estudantes Alto e Extremo Risco por fator de risco

CATEGORIA	FATORES DE RISCO RELACIONADOS AO ESTUDANTE	RISCO		ESTUDANTES
		ALTO	EXTREMO	TOTAL
SEGURANÇA (211 estudantes)	Sofreu bullying	172	10	182
	Já teve atritos com colegas	170	10	180
	Já teve atritos com professores e/ou colaboradores	144	10	154
	Praticou Bullying	134	10	144
	Relatos de lideranças negativas no território em que reside	127	8	135

	Suspeita de que tenha sido usado para atuar em atividades ilícitas	54	9	63
	Foi vítima de violência sexual	53	8	61
	Suspeita de que tenha sofrido violência em ambiente virtual	53	3	56
	Suspeita de que já tenha portado arma de fogo ou branca na escola	34	10	44
SAÚDE (59 estudantes)	Percebe indícios de prostituição e/ou exploração sexual	49	10	59
REDE	Relatos de que familiares atuam em atividades ilícitas	92	7	99
FAMILIAR	Já presenciou alguma situação de violência intrafamiliar	140	6	146
(73 estudantes)	É órfão do feminicídio	25	10	35

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos - DRISC/SSP PI, jul. 2024, com base no sistema SEDUC.

A violência escolar incidiu na maior porção de estudantes sendo prevalente em relação a todos os outros fatores de risco. Violência Intrafamiliar figurou em 2º lugar no *ranking* e lideranças negativas em 3º lugar. Dos 211 estudantes nivelados no Risco Extremo e Alto, os fatores de risco da Segurança alcançaram 100% dos alunos, os da Rede Familiar atingiram 34,60% dos estudantes e os da Saúde 27,96% deles.

Na 3ª etapa, visando orientar decisão sobre como as medidas de tratamento seriam aplicadas na prevenção vitimária secundária e terciária, os estudantes foram organizados por cidade abrangida pelo projeto, para identificar frequência do público-alvo por cidade e escola, resguardando o sigilo dos dados individuais.

Tabela 9 – Frequência de estudantes/cidade

FREQUÊNCIA DE ESTUDANTES	QUANT. CIDADES	ESTUDANTES NOS RISCOS EXTREMO E ALTO
1	33	33
2	9	18
3	6	18
5	3	15
6	1	6
7	1	7
8	1	8
9	1	9
97	1	97
TOTAL	56	211

Fonte: Diretoria de Avaliação de Riscos - DRISC/SSP PI, jul. 2024, com base no sistema SEDUC.

Na 4ª etapa, promoveu-se cruzamento entre dados oficiais da SSP e SEDUC (registros policiais e avaliação de risco social) do *corpus* de 211 estudantes para identificar se entre eles haveria algum com notação no sistema de registro de ocorrências criminais - Procedimento Policial Eletrônico PPE a partir dos dados oriundos do Sistema *i* SEDUC da Secretaria de Educação. O objetivo foi identificar eventuais estudantes vítimas de violências registradas na polícia para serem beneficiados com medidas de prevenção vitimária terciária.

Dos 211 estudantes nivelados nos riscos Extremo e Alto, foi possível identificar 16 estudantes com registros no PPE, vítimas de violência sexual, violência intrafamiliar e violência escolar.

Tabela 10 – Cruzamento entre dados do SINESP e risco social de estudantes vítimas

CIDADE	ESCOLA	ESTUDANTES					SEGURANÇA					REDE FAMILIAR		SAÚDE
		ALTO			EXTREMO		VIOLÊNCIA SEXUAL	USADO PARA ATUAR EM ATIVIDADE ILÍCITA	LIDERANÇA NEGATIVA	ARMA DE FOGO	VIOLÊNCIA ESCOLAR	FAMILIARES EM ATIVIDADES ILÍCITAS	VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	ÍNDICIO DE PROSTITUIÇÃO
		M	F	N/I	M	F								
1	1	2	4	0	1	1	2	5	7	3	29	5	7	3
2	1	0	5	0	0	0	0	0	2	0	39	2	5	1
3	31	31	50	8	6	2	30	37	78	24	316	46	68	26
4	1	1	5	0	0	0	0	2	5	0	20	0	3	3
5	4	5	2	0	0	0	2	1	1	1	19	4	7	2
6	3	0	5	0	0	0	2	1	3	0	15	3	3	0
7	2	4	5	0	0	0	3	4	9	1	29	6	9	3
8	2	0	5	0	0	0	3	0	1	0	16	0	2	0
9	1	0	3	0	0	0	1	0	3	1	11	2	3	1
10	1	0	2	1	0	0	1	1	0	1	7	1	2	0
11	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	7	0	2	1
12	2	0	2	0	0	0	1	1	1	1	8	1	1	1
13	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	3	0	1	0
14	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0
15	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0
16	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2	1	1	1
17	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	0	1	0
17 CIDADES	55	44	90	9	7	3	48	52	113	33	530	71	116	42
		153					48	52	113	33	530	71	116	42
PPE	20	1	10	0	0	0	9	0	0	0	1	S/I	2	0
SUBNOTIFICAÇÃO	35	142					39	52	113	33	529	S/I	114	42

Fonte: Diretoria de Avaliação de Risco - DRISC/SSP PI, jul. 2024.

Os nomes das cidades e escolas deixaram de constar na tabela em respeito ao sigilo dos dados individuais (Lei nº. 13.709/2018 - LGPD).

O estudo sinalizou elevados índices de subnotificação a partir do *corpus* considerado nos campos da violência sexual (81,25%), porte ilegal de arma de fogo (100%), violência escolar (99,81%), crime organizado (100%) e violência doméstica (98,27%). Sinalizou também *déficit* da Polícia Civil em nomear o Crime Organizado no sistema PPE, com reflexos na invisibilidade da corrupção de menores e de familiares orientados para a prática de crimes.

Das 13 questões propostas para tratamento, apenas 25% (3), foram identificadas nos registros da polícia no *status* de vítima: Violência Sexual, Violência Intrafamiliar e Violência escolar, conforme quadro acima.

Na 5ª etapa, as medidas de tratamento propostas foram alinhadas aos riscos identificados e às violências resultantes dos registros policiais tendo os estudantes figurando como vítimas. O resultado da análise integrou as Medidas de Tratamento às Violências e às Políticas de Prevenção primária, secundária e terciária voltadas à proteção integral dos (as) estudantes avaliados (as), conforme quadro a seguir.

Tabela 11 – Metodologia aplicável ao tratamento de riscos sociais identificados na segurança

Prevenção	Medidas de Tratamento	Estudantes	Escolas	Cidades	Familiares (3pessoas/família)	Rede local
PRIMÁRIA	Campanhas	82.800 (50,45%)	559 (87,34%)	210 (93,75%)	248.400	100%
SECUNDÁRIA	Formações dos (das) profissionais do SUSP	211/82.800 (0,25%)	98 (15,31%)	56 (25%)	633	100%
TERCIÁRIA	Acompanhamento das investigações e ações de polícia comunitária	17/211 (8,05%)	17/98 (17,34%)	11/56 (19,64%)	33	100%

Fonte: Diretoria de Avaliação de Risco - DRISC/SSP PI, jul. 2024.

A prevenção vitimária primária foi representada pelo *corpus* avaliado de 82.800 estudantes, 559 escolas e 210 cidades. A secundária voltou-se a 211 estudantes nivelados no risco social “Extremo” e “Alto” por apresentarem elevada capacidade vitimal, 98 escolas e 56 cidades e a terciária alcança 17 estudantes/211 (8,05%) com notações de violências sofridas em registros oficiais da polícia, 17 escolas/98 (17,34%) e 11 cidades/56 (19,64%). O *corpus* das violências está composto por 8 violências sexuais; 2 violências intrafamiliares e 1 violência escolar. Ao final, os Protocolos da Segurança Pública foram propostos nos eixos da Prevenção Vitimária Secundária e Terciária, ficando a Primária a cargo da SEDUC.

Conhecidas as cidades, escolas, estudantes, familiares e as violências abrangidas pelo programa de prevenção vitimária secundária e terciária, foi possível solicitar à SEDUC os Planos de Segurança elaborados por cada uma das escolas no ano 2023 para identificar, entre outros elementos, entidades componentes da Rede de Proteção local e promover análise qualificada das investigações policiais no campo da interação organizacional. É dizer, avaliar em que medida a Rede de Proteção atuou em parceria com a polícia.

Foram identificadas 99 entidades atuando na Rede Protetiva de 17 escolas nas 11 cidades contempladas pelo programa. Infere-se, com relação às maiores recorrências, que a Polícia Militar está presente em todos os Planos (100%); o Conselho Tutelar e o sistema de saúde estão em 13 Planos de Segurança das 17 escolas (76,47%); a Polícia Civil foi reportada em 7 dos 17 Planos de Segurança (41,18%) e os Centros de Referência CRAS ou CREAS foram reportados em 6 (35,29%).

O estudo demonstrou a capilaridade da Polícia Militar nas cidades compreendidas pelo programa com o reconhecimento de sua referência em todos os Planos de Segurança das escolas pesquisadas. Sinalizou também outros integrantes da Rede de Proteção com relevância para os Conselhos Tutelares e Unidades de Saúde, além dos Centros de Referência, estes últimos com baixa representatividade nos Planos.

Desse modo, é recomendável que, além das medidas propostas, sejam integradas políticas locais às políticas estaduais, com a finalidade de facilitar o acesso dos estudantes em situação de risco social a atendimentos integrais.

5. Fazendo o “Dever de Casa”

As medidas de prevenção vitimária primária ficaram a cargo da SEDUC, cabendo à SSP atuar na prevenção secundária e terciária em face dos 13 fatores de risco selecionados. Foram propostos 6 Protocolos Operacionais Padrão – POP, sendo 1 de Prevenção Vitimária Secundária e 5 de Prevenção Vitimária Terciária.

5.1. POP DE PREVENÇÃO VITIMÁRIA SECUNDÁRIA

Trata-se de Protocolo voltado à qualificação do registro de fato no Boletim de Ocorrência no sistema PPE/SINESP/MJSP. O objetivo foi inserir no registro de qualquer ocorrência criminal que envolva sujeito estudante, a condição de “estudante”, seja no polo passivo (vítima), seja no ativo (infrator). No caso de o fato ocorrer em ambiente escolar, georreferenciar o local do fato com o endereço da escola para delinear o campo da Violência Escolar.

Como resultados esperados, vislumbra-se: Mapeamento das violências escolares; comunicação entre sistema de segurança e sistema de educação; juntada de relatórios sociais de estudantes oriundos do sistema de educação nas investigações criminais; redução dos riscos de revitimização, de subnotificações de violências escolares e de violências praticadas contra o estudante e pelo estudante.

Para aplicação do POP, a equipe da Diretoria de Avaliação de Riscos ingressou em janela de oportunidade aberta pela Polícia Militar em curso ofertado aos policiais militares no PPE BO INTEGRADO, com duração de 68 dias, de agosto a outubro de 2024. Ao final, foi possível formar no POP 1.499 ou 16,39% do contingente de 9.144 profissionais (PESPDS 2023-2030), beneficiando indiretamente 77.735 estudantes avaliados da rede pública estadual (94%) de 517 escolas (92%) em 193 cidades (92%), com atendimento qualificado, prevenindo cenários de revitimização.

5.2. POP DE PREVENÇÃO VITIMÁRIA TERCIÁRIA

A prevenção terciária é composta por 5 POPS, notadamente voltados à comunicação entre instituições que não conversavam.

5.2.1. POP COMUNICAÇÃO INTERINSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA: DELEGACIA - GRE

O Protocolo tem por objetivo informar e solicitar à Gerência Regional de Ensino – GRE – responsável pela gestão superior da Unidade Escolar na qual o (a) estudante está matriculado (a), Relatórios de Vida, Situacional e de Visita Técnica para instruir investigação criminal em curso na Delegacia.

Espera-se conhecer a vida social e familiar do (a) estudante; conhecer a vida escolar do (a) estudante; mapear fatores de risco que possam vir a comprometer o desenvolvimento do (a) estudante e formar repertório cognitivo sobre fatores de risco que demandem medidas cautelares a serem representadas em juízo.

O Modelo de Comunicação é gerado automaticamente, via PPE, uma vez que foi acolhida solicitação feita por esta Diretoria através da Delegacia Geral à SENASP/MJSP,

cabendo ao (à) Delegado (a) indicar apenas a GRE do município, enviando o pedido, via SEI, à respectiva Gerência Regional de Ensino correspondente.

O pedido é dirigido à GRE porquanto sedia a Equipe Multiprofissional responsável pelo atendimento de estudantes em diversas situações de vulnerabilidade e encaminhamento à Rede, com expedição de Relatórios.

O POP abre caminhos para outras 3 ações de prevenção vitimária terciária:

1. Comunicar a violência à escola para que insira o (a) estudante em programas de acolhimento pela Equipe Multidisciplinar;
2. Solicitar informações sociais do (a) estudante para servirem de base às representações por Medidas Cautelares, especialmente a Visita Domiciliar a ser realizada pela Patrulha Maria da Penha, objeto da Medida de Tratamento designada POP 3 e
3. Solicitar informações ao Conselho Tutelar sobre o (a) estudante para servirem de base às representações por Visita Domiciliar a ser realizada pela Patrulha Maria da Penha, objeto da Medida de Tratamento.

5.2.2. POP REPRESENTAÇÃO POR VISITA DOMICILIAR PELA PATRULHA MARIA DA PENHA

Trata-se de Representação junto à autoridade judicial local por VISITA DOMICILIAR a cargo da Patrulha Maria da Penha para acompanhar o (a) estudante em sua vida social, mapeando fatores de risco que possam vir a comprometer seu desenvolvimento. Tem por objetivos específicos: monitorar o (a) estudante vítima de violência intrafamiliar; mapear fatores de risco que possam vir a comprometer o desenvolvimento do (a) estudante e formar repertório cognitivo sobre fatores de risco que demandem medidas cautelares a serem representadas em juízo.

A medida é inovadora porque não estando expressamente prevista em lei, foi construída como “arranjo jurídico institucional” fundamentado no Poder Geral de Cautela do Juiz, combinado com a Lei n.11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e Lei n.14.344/2022 (Lei Henry Borel).

O precedente para que haja a Representação da Visita Domiciliar é que a estudante tenha sido vítima de violência intrafamiliar e o objetivo é monitorar a vida familiar da estudante.

Do mesmo modo que o POP de Comunicação Interinstitucional da Violência: Delegacia – GRE, é gerado automaticamente, via PPE/ SINESP, posicionando o protocolo como política de segurança pública nacional passível de ser adotada pelos Estados que dela se utilizam.

5.2.3. POP REPRESENTAÇÃO DE VISITA DOMICILIAR PELO CONSELHO TUTELAR

Trata-se de Representação dirigida ao Promotor de Justiça local por VISITA DOMICILIAR a cargo do Conselho Tutelar para acompanhar o (a) estudante em sua vida social, mapeando fatores de risco que possam vir a comprometer seu desenvolvimento.

O POP tem como objetivo solicitar ao Conselho Tutelar local informações e documentos sobre o (a) estudante para instruir investigação criminal em curso na Delegacia. Como resultados esperados: conhecer a vida social e familiar do estudante; conhecer a vida escolar do estudante; mapear fatores de risco que possam vir a comprometer o desenvolvimento do (a) estudante e formar repertório cognitivo sobre fatores de risco que demandem medidas cautelares a serem representadas em juízo.

O Protocolo também está no PPE/SINESP.

5.2.4. POP REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES AO CONSELHO TUTELAR

O Protocolo tem por objetivo solicitar ao Conselho Tutelar informações sobre a vida social do estudante e eventuais violações de que tenha tido conhecimento, estando também disponível no PPE/SINESP.

5.2.5. POP AVALIAÇÃO DO RISCO DE VIOLÊNCIA EM FACE DE ESTUDANTE PELA PATRULHA MARIA DA PENHA

Trata-se de formulário de avaliação de risco voltado ao acompanhamento das visitas domiciliares realizadas pelo POP precedente para informar à Justiça sobre eventuais cenários de risco que demandem revisão de medidas decretadas para proteção do (a) estudante.

O Protocolo também está no PPE/SINESP.

Os 6 POPS propostos integram parte da Rede de Proteção e não têm a pretensão de mitigar fatores de risco na integralidade, mas iniciar processo de comunicação e (re) conhecimento do ambiente escolar como *locus* privilegiado de informações qualificadas sobre as quais a segurança pública, muitas vezes, só vem a acessar após a ocorrência de um dano.

Quadro 4 – Estudantes acompanhados/as através do PPE/SINESP e contatos com as Delegacias

REGIÃO	Sexo	BO	ATUAÇÃO DELEGACIA
Interior	F	Vítima de abandono de incapaz	BO arquivado
Interior	F	Vítima de estupro	IPL enviado à Justiça
Interior	F	Vítima e autora de lesão corporal (violência escolar)	POPS aplicados
Interior	F	Vítima de estupro e abandono	POPS aplicados
Interior	F	Vítima de estupro	IPL enviado pra Justiça.
Interior	F	Vítima de ameaça	5 IPL arquivados; 1 concluído e enviado à justiça e 1 em investigação
Interior	F	Vítima de estupro	IPL em curso
Interior	F	Vítima de lesão corporal	TCO foi enviado a Justiça.
Interior	F	Vítima de ameaça e injúria racial	IP em curso

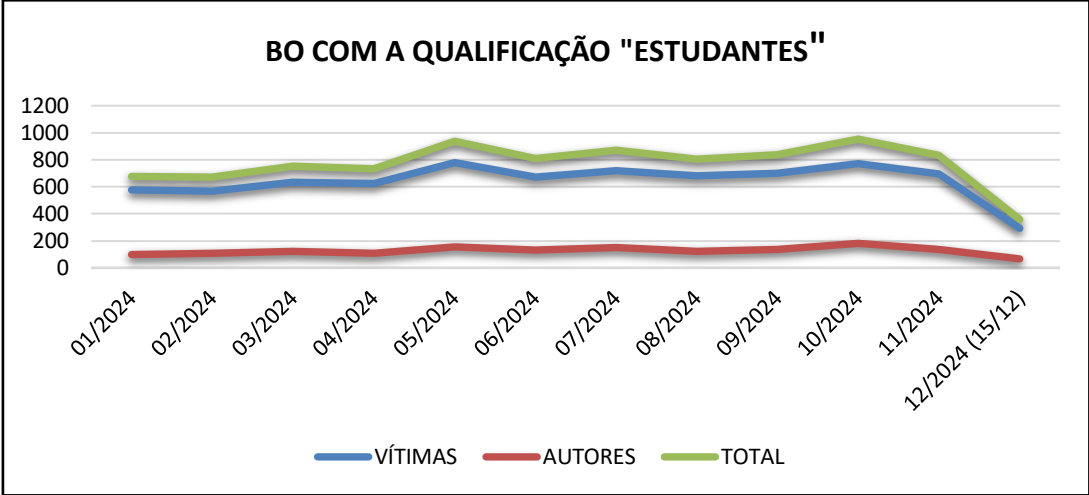
Interior	F	Vítima de estupro	IP enviado à Justiça
Capital	F	Vítima de estupro	POP aplicado
Capital	F	Vítima de calúnia	POP aplicado
Capital	M	Vítima de ameaça	POP aplicado
Capital	F	Vítima de estupro	POP aplicado
Capital	F	Vítima de estupro	POP aplicado
Capital	M	Vítima de lesão corporal	POP aplicado
Interior	F	Vítima de estupro	IP enviado à Justiça

Fonte: DRISC com base em dados do PPE/SINESP e contatos com Delegacias.

Dos 17 casos analisados nas 11 cidades, 8 POPS (47,05%) foram aplicados por 3 Delegacias (2 do interior e uma da capital) até dezembro/2024.

No que pertine ao registro de BO com a qualificação de Estudante, nível de escolaridade e escola na qual está matriculado, apurou-se que apenas a Polícia Civil mantém registro nesse sentido.

Gráfico 3 – Registros de ocorrências criminais qualificadas no PPE na categoria Estudante período 01.01.2024 a 15.12.2024



Fonte: DRISC com base em dados da GEARIN/SSP PI, 2024.

O gráfico demonstra estabilidade na quantidade de registros de janeiro de 2024 até novembro de 2024. Frise-se que as formações tiveram início em 29.08.2024, na cidade de Piripiri. Portanto, para efeito de monitoramento da aplicação do POP 1, deve-se considerar a partir de outubro/2024.

Tabela 12 – Resultados da aplicação POP de Prevenção vitimária secundária

Formação profissional SUSP		Estudantes		Escolas		Cidades		Familiars (3pessoas/família)	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
1.000	1.499	211	82.800	98	260	56	221	633	248.400

Fonte: DRISC, dez.2024.

Os resultados superaram as metas estabelecidas pela DRISC em razão da escolha da medida de tratamento e adesão a 2 oportunidades: a medida de tratamento já constava de

plataforma digital PPE/SINESP/MJSP e estava em curso formação de policiais militares em todo o estado para registro de BO Integrado no sistema PPE. Os dois fatores deram celeridade à medida proposta e potencializaram as formações e entrega de demandas às Delegacias.

Tabela 13 – Resultados da aplicação dos POP’S de prevenção vitimária terciária

Acompanhamento das investigações		Estudantes tratados		Escolas		Cidades		Familiares (3pessoas/família)	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
211	17	17	17	17	17	11	11	69	69

Fonte: DRISC, dez.2024.

Os Protocolos de Prevenção Vitimária Terciária foram aplicados a todos os 17 estudantes com registro no PPE/SINESP.

Considerações

A avaliação de 82.800 estudantes e o tratamento do *corpus* de 211 estudantes (riscos Extremo e Alto) de 98 escolas em 56 cidades, possibilitou propor Metodologia de tratamento de 13 fatores de riscos sociais alinhados à segurança pública; 6 Procedimentos Operacionais Padrão de Prevenção Vitimária Secundária e Terciária; inserir 5 POP’S em plataforma digital nacional PPE/SINESP; formar 1.499 profissionais do SUSP nos 6 POP’S ou 16,39% do contingente de 9.144 profissionais segundo dados do PESPDS 2023-2030; alcançar 221 unidades ou 52,87% do total de 418 unidades do SUSP (PESPDS) com a formação, sendo 206 da PM (84,43% das 244) e 15 da PC (9,20% das 163) e acompanhar 17 investigações policiais tendo estudantes como vítimas em 11 cidades.

As medidas de tratamento aplicadas em face dos 211 estudantes referiram-se tão somente à carteira de políticas proposta pela DRISC/SSP porque restritas às ações de segurança pública. Não sendo exaustivas, faz-se necessário integrar medidas adotadas pela SEDUC no tratamento de outros fatores de risco relacionados à saúde, rede familiar, educação e interseccionalidade desses estudantes.

Os resultados da avaliação contribuíram para o ingresso, no início de 2025, da Secretaria de Saúde – SESAPI - no Programa agora intitulado “Cultura de Paz e Saúde nas Escolas” e acena para o ingresso da Secretaria de Administração – SEAD - com a participação ativa da Escola de Governo no processo de formação de avaliadores do risco social de estudantes em 2025.

Trata-se de política transversal que abre as portas da escola e deixa antever nuances intersetoriais para possibilitar a proposição e execução de políticas educacionais, de segurança, saúde, assistência social, social urbana entre outras.

Referências

BRASIL. Decreto-lei nº. 3.689, de 03.10.1941. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm>. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº. 2.848, de 07.12.1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 01 set. 2024.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13.07.1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 01 set. 2024.

MORAN, Fabiola. Feminicídio e prevenção vitimária. *In*: MONTEIRO, Rodrigo; NASCIMENTO, Simone Sibilio do. Enfrentando a tempestade. Caminhos para vencer o feminicídio. Dialética Editora. São Paulo, 2024.

PIAUÍ. SEDUC; SSP. Termo de Cooperação Técnica nº 008/2023. Política Estadual de Cultura da Paz nas Escolas. Teresina, 2023.

PIAUÍ. Polícia Civil. Sistema PPE - Procedimento Policial Eletrônico. Disponível em: <<https://ppe.sinesp.gov.br/pppe/>>.

PIAUÍ. Polícia Militar. NOTA DE INSTRUÇÃO Nº 001/2024/COPOM. PROCESSO Nº: 00027.001827/2024-18.

PIAUÍ. SSP; SEDUC. Diretrizes para avaliação do risco social de estudantes. Teresina, 2023.